

INCLUSÃO ESCOLAR E DESAFIOS AMAZÔNICOS: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA REVISÃO DA LITERATURA

Francianne Farias dos Santos⁽¹⁾; Marta Patrícia Faiança Sodré⁽²⁾; Daniele Vieira Araújo Anunciação⁽³⁾; Evandro Jorge Ribeiro Cabo Verde⁽⁴⁾; João Otacilio Libardoni dos Santos⁽⁵⁾

Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Amazonas-PPGE/UFAM^(1,2,3,4,5)

E-mail: franci.anne.farias@hotmail.com⁽¹⁾

Prof. Dr. da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – FEF/UFAM – e-mail: jlibardoni@yahoo.com.br⁽⁵⁾

Resumo: Sabendo-se do papel fundamental que o professor possui frente ao processo de inclusão, buscou-se identificar através de pesquisas realizadas no Amazonas, os desafios encontrados por professores para que seja consolidada a inclusão de alunos com NEE no ensino regular. O mesmo percorre pelos marcos legais nacionais e internacionais que asseguram a educação para todos, tendo como base principal para essa pesquisa a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma revisão integrativa, para se conhecer os trabalhos realizados no Amazonas entre 2010 e 2017, que retratassem as dificuldades para a realização da inclusão escolar, e como dados obtivemos 8 trabalhos de interesse. A partir disso, relacionou-se 7 categorias de desafios que se destacaram nos relatos dos professores nas pesquisas investigadas: Formação Inicial e Continuada, Materiais Pedagógicos, Apoio Institucional, Espaço Físico, Número de alunos, PPP e Apoio Familiar.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Desafios, Amazonas.

INTRODUÇÃO

Os direitos a educação para as pessoas com deficiência ou algum transtorno surgiram no Brasil pela primeira vez em 1961, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB - Lei nº.4.024/61, oferecendo o direito aos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino (BRASIL, 1961).

Nesta perspectiva em 2007, é sancionado o Decreto nº 6.094/2007 estabelecendo entre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, passando a fazer parte da proposta pedagógica das escolas, definindo o seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

Contribuindo a isto a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL 2008) assegura o acesso ao ensino regular, transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a superior; oferta do

atendimento educacional especializado (AEE); formação de professores para o AEE e demais profissionais da educação para a inclusão.

A Declaração de Salamanca (1994), nesse propósito salienta que a Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) e seus colegas, afirmando também que o desenvolvimento das escolas inclusivas para o oferecimento de um serviço de qualidade e adequado, demanda uma política clara e de inclusão junto com o apoio financeiro, e ainda um programa de orientação e treinamento para os profissionais, bem como uma boa estrutura física e organizacional na escola.

Neste sentido, Victória (2008) afirma que trabalhar as diferenças na escola é assumir um compromisso teórico e prático, para que as ações discriminatórias e preconceituosas sejam minimizadas e predomine a valorização e respeito às diferenças.

Muitos são os instrumentos legais que asseguram a educação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), orientando e exigindo que as escolas os incluam em suas práticas pedagógicas, onde essas instituições deveriam possuir todo aparato de acessibilidade ao espaço físico, materiais pedagógicos e capacitação para os professores, os preparando continuamente para trabalhar com as mais variadas demandas da sociedade.

Para Victória (2008) o direito à educação, não deve ser visto somente como o ato de frequentar uma escola, receber uniformes, e material escolar, mas estar inserido em um espaço onde se vivencia o direito a pluralidade e a diferença.

A atuação do professor frente ao processo de inclusão torna-se fundamental para que as barreiras no ensino de alunos com NEE sejam minimizadas, buscando dessa maneira, oferecer um ensino de qualidade a todos respeitando suas limitações e especificidades. Sabendo-se então do papel importante que o professor possui na escola, apresenta-se como objetivo da pesquisa: *Identificar através de pesquisas realizadas no Amazonas, os desafios encontrados por professores para que seja consolidada a inclusão de alunos com NEE no ensino regular.*

MÉTODOS

Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma revisão integrativa da literatura através de um levantamento bibliográfico no acervo das bases de dados: Google Acadêmico, Scientific Library Online (SCIELO), Portal de Periódicos CAPES 220 e Biblioteca de Teses e Dissertações – TEDE/UFAM, com os seguintes descritores: “inclusão escolar AND Amazonas” e “Amazonas AND necessidades educacionais especiais”.

Os critérios de inclusão foram delimitados da seguinte forma: *a*) trabalhos (artigos em periódicos e anais, teses e dissertações); *b*) publicados entre os anos de 2010 até o primeiro semestre de 2017 e *c*) que retratavam a participação do professor de qualquer disciplina em escolas regulares no processo de inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nos seguimentos da Educação Infantil ao Ensino Médio nos municípios do Amazonas. Os critérios de exclusão foram trabalhos que utilizaram análise documental, estudos teóricos e pesquisas em andamento.

Após a busca nas bases de dados, os achados foram submetidos aos critérios de inclusão e exclusão, a partir disso realizou-se uma pré-análise nos resumos dos mesmos. Em seguida desconsideramos os que não condiziam com os critérios de interesse desse estudo.

Posteriormente se fez o aprofundamento da leitura em cada pesquisa, para observar quais palavras relacionadas a desafios vivenciados no dia a dia escolar, se sobressaíam nos estudos selecionados, para então criar-se categorias de desafios que mais foram apontados nos mesmos.

RESULTADOS

Após a busca nas bases de dados, submissão aos critérios de inclusão e exclusão e pré-análise nos resumos dos mesmos, obtivemos como amostra final 8 trabalhos entre artigos, anais, teses e dissertações. Tais trabalhos envolveram professores do Amazonas que atuavam nos seguimentos da Educação Infantil ao Ensino Médio, sendo 7 trabalhos desenvolvidos nas escolas municipais e estaduais da capital Manaus e 1 no município de Benjamin Constant. Apresentamos a seguir, uma tabela com as pesquisas encontradas, bem como suas características, o mesmo foi feito conforme a ordem em que foram selecionados para este trabalho:

TÍTULO	AUTORES	ANO	TIPO DE TRABALHO
O TRABALHO DOCENTE E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS: UM ESTUDO EM TRÊS ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE MANAUS	Ketlen Júlia Lima da Silva; Samuel Vinente; Maria Almerinda de Souza Matos	2016	ARTIGO
O ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, AO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO DE MANAUS, NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES	Maria do Perpétuo Socorro Duarte Marques	2010	TESE

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: UM ESTUDO SOBRE AS PERCEÇÕES DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE ESCOLAS COM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NA CIDADE DE MANAUS	Átila Castro Paiva	2015	DISSERTAÇÃO
A ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE MANAUS: INCLUSÃO ATITUDINAL E ESTRUTURAL DO EDUCANDO COM PARALISIA CEREBRAL	Junior et al.	2013	ANAIS
A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANAUS: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	Luzia Mara dos Santos	2011	DISSERTAÇÃO
EDUCAÇÃO E SURDEZ: SUPERANDO AS DIFERENÇAS	Iara de Nazaré Rodrigues e Liliana Rodrigues	2013	ANAIS
INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES NA ESCOLA ESTADUAL X NA CIDADE DE MANAUS – AM	Karla Cybele Barbosa Cordeiro	2016	DISSERTAÇÃO
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA INDÍGENA EBENEZER DO POVO TIKUNA DA COMUNIDADE DE FILADÉLFIA NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT-AM	Darcimar Souza Rodrigues	2014	DISSERTAÇÃO

Fonte: Elaboração própria

DISCUSSÃO

Através do levantamento e o aprofundamento da leitura nos estudos, foi possível relacionar 7 categorias de desafios que mais se evidenciaram nas pesquisas, a discussão percorre por essas categorias.

1. FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

A partir dos resultados foi possível destacar essa categoria como unanimidade em todas as pesquisas. A Formação Inicial não é um desafio encontrado por esses profissionais nas escolas, porém ela é a base para que o professor possa desenvolver um bom trabalho com seus alunos. Nos trabalhos investigados, os principais relatos são de que na Formação Inicial não se contempla de forma satisfatória disciplinas com temas relacionados a inclusão e

diversidade, ou em sua grande parte é vista somente de forma teórica tratada muito longe da realidade encontrada por eles nas escolas.

Na pesquisa de Marques (2010) foram entrevistados 15 professores, 11 relataram que não tiveram nenhuma formação sobre a Educação Especial ou Inclusiva e 04 tiveram apenas uma disciplina com essa temática. Corroborando a esse estudo todas as outras pesquisas apontam as mesmas lacunas em suas formações iniciais independente do curso superior em qual é formado, vale ressaltar que esses apontamentos foram relatados tanto por profissionais formados em cursos de instituições públicas quanto particulares.

Em relação a Formação Continuada, os estudos apontam que as escolas ou secretarias do estado e município não oferecem cursos de capacitação na área da Educação Especial para todos os professores, alguns profissionais relataram que os cursos priorizam o professor do AEE, ou somente são liberados para participar dos mesmos se outro professor se disponibilizar espontaneamente para ficar com sua turma. No estudo realizado em uma escola indígena Rodrigues (2014), é destacado que são matriculados alunos com diferentes necessidades educacionais especiais, porém os cursos de formação contínua só são oferecidos ou informados para os profissionais da cidade de Benjamin Constant.

Assim Cordeiro (2016) afirma que mediante aos desafios da inclusão, precisa-se pensar na formação do profissional da educação, pois este é um fator primordial para o bom funcionamento da escola, destacando que o investimento na formação continuada é imprescindível em todos os níveis.

A formação dos professores conforme Victória (2008) é de fundamental importância para que as violências contra o ser humano sejam minimizadas, o mesmo destaca ainda que é um enorme desafio concretizar uma política de formação que prepare um profissional que se importe com o ser humano, porém não é impossível.

Quando se fala em formação de professores da Educação Básica para o trabalho com alunos que possuam alguma deficiência Marques (2010) destaca tratar-se de um dos maiores problemas a serem pensados pelos sistemas educacionais, e salienta que uma solução seria através da formação em serviço, que pudessem orientar o professor, beneficiando assim todos os seus alunos. As ações poderiam ser tomadas conforme Fiorini e Manzini (2014) por meios das Secretarias de Educação, identificando as dificuldades específicas e as situações dos professores frente à inclusão para a partir disso planejar os cursos, firmar parcerias com profissionais que já têm experiências na área e ainda pessoas com NEE para que ocorra uma troca de conhecimentos e vivências.

2. RECURSOS PEDAGÓGICOS

Compreende-se nesta categoria a acessibilidade aos recursos pedagógicos e utilização dos mesmos por alunos e professores. Das pesquisas investigadas, 7 (sete) apresentaram como um desafio no processo de inclusão dos alunos nas aulas regulares e ainda alguns trabalhos apontaram que os recursos pedagógicos estavam voltados apenas para um tipo de deficiência específica (Silva, Vinente e Matos, 2016; Cordeiro, 2016; Marques, 2010; Paiva, 2015; Junior et al., 2013; Santos, 2011; Rodrigues e Rodrigues 2013 e Rodrigues, 2014).

É relatado por Paiva (2015) que 92,4% dos professores de Educação Física entrevistados acreditam não ser oferecido material suficiente para sua atuação no processo de inclusão. Discursos encontrados ainda nas pesquisas de Santos (2011) e Cordeiro (2016) assinalam que a falta de acessibilidade aos recursos pedagógicos por parte dos professores se dá em virtude da ausência de tempo bem como desconhecimento para a manipulação dos mesmos. É afirmado ainda por Cordeiro (2016) que a sala de recursos possui uma variedade de materiais, porém nas salas comuns não têm materiais específicos para atender as necessidades.

Em seu estudo Poker (2007) ressalva que os aspectos didáticos pedagógicos proporcionados pela escola e pelo professor são por vezes negligenciados e durante o processo de aprendizagem não são consideradas as especificidades de alunos que têm comprometimentos orgânicos e/ ou neurológicos.

Os achados da pesquisa nessa categoria se entrelaçam ainda às afirmações feitas por Cardoso (2011) em que as dificuldades encontradas a nível de materiais, interfere diretamente na qualidade do ensino/aprendizagem não só dos alunos com NEE, mas de todos os outros.

Para Fiorini e Manzini (2014) os recursos constituem um dos conteúdos que poderiam ser trabalhados nos cursos de formação continuada, em que os professores pudessem ser apresentados a novos materiais e a praticar os mesmos para usar posteriormente.

3. APOIO INSTITUCIONAL

Apresenta-se nesta, as condições oferecidas pelas escolas e secretarias estadual e municipais para a efetivação da inclusão escolar. Assim Silva et al (2016) destaca a importância do papel da escola frente às políticas de inclusão e principalmente o papel do Estado, enquanto parceiros que possibilitem o acesso e a permanência desses alunos. Neste contexto, 7 trabalhos apresentaram esta categoria como um desafio encontrado no dia-a-dia das escolas.

As pesquisas de Marques (2010) demonstram que os serviços dos centros de apoio individualizado que poderiam auxiliar no processo de inclusão, não são amplamente divulgados e alguns até desconhecem esses serviços. Nas escolas regulares indígenas do povo Tikuna as discussões sobre o tema Inclusão são escassas, a preocupação é apenas em atender a obrigatoriedade da matrícula dos alunos com NEE (RODRIGUES, 2014).

A ausência de um trabalho conjunto entre professores das salas regulares e o professor das salas de recursos multifuncionais é destacado também nas pesquisas.

Outros resultados encontrados por Marques (2010) e Paiva (2015) envolvendo o apoio institucional, retratam a inexistência de uma equipe profissional que poderia auxiliar os professores, ausência de orientação no dia a dia da escola por parte da equipe pedagógica e de apoio dos colegas de profissão, com isso o professor que possui aluno com NEE se sente único responsável no processo de aprendizagem desses alunos.

Neste sentido Nascimento (2009) destaca o envolvimento de todos os profissionais da escola no planejamento de ações e programas voltados à temática, apesar das atribuições de cada cargo todos deveriam se unir em prol da inclusão dos alunos e a direção escolar tomar frente dessas ações, corroborando Victória (2008) ressalta a importância de todos os sujeitos que fazem parte da escola com o objetivo de transformá-la em um espaço de formação de cidadãos que lutam por seus direitos.

É enfatizado por Mantoan (2001) que apesar dos avanços nas ações político-educacionais e propostas pedagógicas para tornar as escolas em ambientes educacionais inclusivos, estes ainda estão em passos lentos e muitas vezes a preocupação está apenas em inserir os alunos nas classes regulares sem compreender os princípios da educação inclusiva.

Percebe-se então que as instituições de ensino deveriam pensar no aluno independente de suas especificidades e preparar continuamente o corpo docente para trabalhar em conjunto, buscando o melhor para os alunos, sem minimizar a obrigação das secretarias municipais e estaduais que deveriam oferecer suportes mais eficazes e igualitário para todas instituições, abarcando também as escolas indígenas, visto que a inclusão escolar é um direito de todos.

4. ESPAÇO FÍSICO

O espaço físico, surge em 7 pesquisas, apenas os estudos de Santos (2011) e Rodrigues e Rodrigues (2013) não mencionaram esta categoria.

É possível verificar, relatos sobre a falta de adaptações dos espaços físicos das escolas para a acessibilidade e participação dos alunos com NEE nas aulas, desde o caminho que leva

até as salas, quanto a própria sala e também outros espaços (pátio, quadra, parquinho para a recreação).

Ainda é possível observar que algumas escolas possuem meios para a acessibilidade e independência dos alunos em ir e vir, porém os espaços encontram-se gastos por conta do tempo. Também é apontado que as instalações apresentam adaptações somente para um certo tipo de necessidade (MARQUES,2010). Neste sentido, Cordeiro (2016) apresentou como uma das principais barreiras para a realização da inclusão na escola, podendo ter um impacto significativo no processo de ensino aprendizagem dos alunos, afetando também a mobilidade dos mesmos.

5. NÚMERO DE ALUNOS

Nesta categoria foi possível verificar em 3 estudos (Silva, Vinente e Matos, 2016; Marques, 2010 e Cordeiro, 2016) relatos sobre a quantidade de alunos maior do que o recomendado, a superlotação em suas turmas, alunos com diferentes necessidades na mesma classe, destacou-se ainda em Marques (2010) que o número excessivo de alunos é um problema para a não realização de atividades diferenciadas.

Esses resultados vão em contraponto a resolução nº 138/2012 do Conselho Estadual de Educação do Amazonas, que aponta em seu Art. 12 no inciso III: as classes comuns com inclusão de alunos que apresentam Deficiências ou Transtornos do Desenvolvimento deverão ter a capacidade pedagógica de 25 alunos do 2º ao 5º ano, ainda em seu artigo. 12, inciso II é destacado que na inclusão de alunos é permitido no máximo três por turma, evitando concentrar na mesma sala alunos com diferentes deficiências.

Nessas circunstâncias, percebe-se que a quantidade de alunos irá implicar significativamente na qualidade das aulas, bem como no espaço físico das salas e em outras adaptações que os professores poderiam realizar.

6. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

Compreende-se nesta, a existência do Projeto Político Pedagógico – PPP nas escolas, participação do professor na construção do mesmo e o conhecimento sobre o que o documento rege, 3 trabalhos citaram essa categoria (Silva, Vinente e Matos, 2016; Marques, 2010 e Santos, 2011).

Na escola, conforme Santos (2011) durante a construção do PPP como instrumento inclusivo, é de suma importância contemplar o aluno com NEE independente de suas condições individuais, construído de forma coletiva a partir das características locais onde a

escola está inserida, abarcando o meio social, físico e cultural, princípios de direito, liberdade, democracia e autonomia, atendendo as diversidades da aprendizagem, buscando a participação efetiva dos alunos inclusos.

Nesse sentido Silva, Vinente e Matos (2016) apontaram em seus resultados que apesar da existência do documento, os professores desconhecem as metas e estratégias presentes no PPP. Já nos achados de Marques (2010) todos os professores do Ensino Básico (15 no total) informaram que suas escolas não possuem Projeto Político Pedagógico elaborado ou qualquer norma pedagógica que oriente para a inclusão dos alunos. E no terceiro estudo Santos (2011) mostrou que o PPP deixa de contemplar a inclusão e não há prevista uma articulação entre o AEE e a sala regular, causando grandes perdas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

7. APOIO FAMILIAR

É destacado em 3 pesquisas (Júnior et al., 2013; Rodrigues e Rodrigues, 2013 e Cordeiro, 2016) que a aprendizagem dos alunos e a permanência dos mesmos nas escolas podem ser dificultadas se a família não estiver trabalhando em parceria com as instituições e professores.

Na aprendizagem dos alunos surdos Rodrigues e Rodrigues (2013) perceberam em seus resultados, dificuldades quando os familiares não possuem conhecimentos sobre Libras, alguns professores relataram ainda em Cordeiro (2016) que se os pais pudessem escolher, preferiam a educação de seus filhos em uma escola que atendessem apenas alunos com NEE. Esses achados também foram evidenciados nas pesquisas de Fiorini e Manzini (2014), em que os pais não aceitavam a deficiência do filho ou não estavam satisfeitos com o trabalho realizado na escola.

Sobre a família no contexto do Amazonas Araújo (2003) afirma que não se deve admitir uma educação separada das noções de família, pois ambas se completam. Cardoso (2011) corrobora sobre a importância do papel da mesma na educação de crianças e jovens, sendo essencial a participação dos pais no processo educacional.

CONCLUSÕES

A partir desta pesquisa percebemos que os professores ainda encontram muitos desafios que os impedem ou dificultam no trabalho de inclusão escolar dos alunos, independente do seguimento de ensino e da localização da instituição. Percebe-se ainda o despreparo do professor no trabalho com os alunos público alvo da educação especial, pois as formações

inicial e continuada foram relatadas em todas as pesquisas investigadas, o que irá acarretar uma série de consequências no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

A inclusão escolar parte do princípio em que todos deveriam ter condições igualitárias de acesso ao ensino e que os sistemas escolares e o seu todo, fossem adaptados conforme as necessidades de cada aluno e a eles fossem ofertados serviços que desenvolvessem suas capacidades e lhes preparassem para ser independente, porém com base nos trabalhos nota-se que as ações das instituições de ensino bem como as secretarias de educação neste propósito ainda são tímidas.

As escolas ainda caminham a passos lento rumo a realização da inclusão, visto os 6 desafios relatados nos estudos e que estão interligados um ao outro: Recursos Pedagógicos, Apoio Institucional, Espaço Físico, Número de Alunos, PPP e Apoio Familiar.

Ainda assim, durante toda a leitura dos estudos investigados, percebeu-se discursos positivos dos profissionais da Educação sobre a Inclusão Escolar, mesmo com suas dificuldades, possuem o anseio de tentar incluir o seu aluno nas práticas pedagógicas.

A pesquisa nos permitiu conhecer os desafios encontrados para incluir os alunos público alvo da educação especial no Amazonas, através de pesquisas já realizadas. Diante de todos esses achados e da relevância social que o tema INCLUSÃO possui, destaca-se a importância da realização de pesquisas nesta área no Contexto Amazônico, desta forma resultados diferentes destes talvez poderão ser encontrados.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Conselho Estadual de Educação do Amazonas. **Resolução nº 138/12.**

Estabelece normas regulamentares para a oferta da Educação Especial no Sistema de Ensino do Estado do Amazonas.

ARAÚJO, André Vital de. **Introdução à Sociologia da Amazônia.** 2.ed. Manaus: 2003, EDUA.

BRASIL. Ministério da Educação. **LDB 4.024**, de 20 de dezembro de 1961.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 07 de janeiro de 2008.

CARDOSO, M. R. C. A. **Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Básico: Perspectivas dos Professores.** 2011. 184 f. Dissertação (Mestrado em Necessidades Educacionais Especiais) - Instituto Superior de Educação e Ciências. Lisboa. 2011

CORDEIRO, K. C. B. **A inclusão de alunos deficientes na escola estadual X na cidade de Manaus –AM.** 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2016.

FIORINI, M. L. S; MANZINI, E. J. **Inclusão de Alunos com Deficiência na Aula de Educação Física: Identificando Dificuldades, Ações e Conteúdos para Prover a Formação do Professor.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.20, n.3, p. 387-404, julho-2014.

JUNIOR, S.V.D.S; SILVA, K. J. L. D; MATOS, M. A. D. S; SOUZA, D. B. D. **A acessibilidade nas escolas municipais da cidade de Manaus: Inclusão Atitudinal e Estrutural do educando com Paralisia Cerebral.** In: Seminário Internacional Inclusão em Educação: Universidade e Participação 3. Anais Eletrônicos, apresentado no Tema: ‘Universidade e participação na contemporaneidade’; 2013, Rio de Janeiro. p. 480-496.

MARQUES, M. D. P. S. D. **O acesso de pessoas com deficiência, ao sistema público de ensino de Manaus, na percepção dos professores.** 2010. 116 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Rio Preto. 2010.

NASCIMENTO, R. P. D. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** Londrina, 2009

PAIVA, A. C. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais: Um estudo sobre percepções de professores de educação física de escolas com salas de recursos multifuncionais na cidade de Manaus.** 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Instituto de Educação, Universidade do Minho. 2015.

POKER, R. B. **Dificuldades de aprendizagem e educação inclusiva.** Aprender – Cad. de Filosofia e Psic. da Educação. Vitória da Conquista. Ano V, n. 9. p. 169-180, 2007.

RODRIGUES, D. S. **A Educação Inclusiva na Escola Indígena Ebenezer do Povo Tikuna da Comunidade de Filadélfia no Município de Benjamin Constant – AM.** 2014. 76 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo. 2014.

RODRIGUES, I. D. N; RODRIGUES, L. **Educação e Surdez: Superando as Diferenças.** In: XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte. 2013, Manaus. Anais eletrônico, apresentado no DT 6 – Comunicação, Espaço e Cidadania: Manaus: Intercom, 2013. p. 5-16.

SANTOS, L. M. D. A Política de Educação do Município de Manaus: O atendimento Educacional Especializado na Organização Escolar. 2011. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2011.

SILVA, K. J. L. D; VINENTE, S. MATOS, M. A. D. S. O trabalho docente e os desafios escolar de alunos com deficiência: um estudo em três escolas públicas da cidade de Manaus. Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, n. 03, 2016.

UNESCO. Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, Espanha, 10 de junho de 1994.

VICTÓRIA, C. G. D. Desafios do Cotidiano na Formação e Práxis dos Educadores de uma Escola Ribeirinha no Município do Careiro – AM. 2008. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2008.